

Hygieia



Panacea



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Instituto Multidisciplinar em Saúde
Campus Anísio Teixeira
Mestrado em Saúde Coletiva



Carta em Defesa do SUS

O ano de 2016 é emblemático para o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira e, por conseguinte, para a Saúde Coletiva. Estamos completando 30 anos da VIII Conferência Nacional de Saúde. Tal conferência foi um espaço nucleador e catalisador de milhares de atores sociais que, unidos em torno do ideal da democracia e da saúde como direito de cidadania, cunharam os princípios e diretrizes que viriam a compor o Artigo 196, na Constituição de 1988, que declara “A saúde é um direito de todos e dever do Estado”.

Desde então, o Brasil passou a figurar entre os países com a política social de maior envergadura e mais abrangente entre as demais nações do mundo. Em 28 anos do Sistema Único de Saúde (SUS) os desafios foram muitos e sempre enfrentados arduamente por milhares de militantes dos direitos sociais, não somente na academia, mas sobretudo, nos espaços de governo, nos microespaços do trabalho e no cotidiano de milhões de usuárias e usuários dos serviços de saúde na sua busca por ter o direito materializado nos momentos de necessidade.

Em 2016, para além dos desafios que estávamos acostumados a enfrentar e dos embates que sempre travamos na defesa do SUS pleno e de qualidade para todos os brasileiros, enfrentamos uma “novidade” ou RETROCESSO político-institucional. O SUS é uma conquista da DEMOCRACIA e, portanto, ao violentar a democracia abrimos brechas para desmontar políticas de proteção social.

Neste ínterim, as retrógradas manifestações do representante do Ministério da Saúde nos causaram perplexidade, por defender publicamente medidas que não somente ferem as conquistas históricas da Saúde Coletiva, bem como, sinalizam explicitamente o desmonte do SUS.

Entendemos que para grande parcela da população o SUS ainda carece de grandes investimentos para que possa garantir assistência em tempo oportuno e com resolubilidade. Porém, este não é um problema gerado pelo SUS, por isso, não se justifica qualquer tentativa de deslegitimá-lo ou pior, desmontá-lo. A responsabilidade pelas fragilidades do SUS é das pessoas que legislam (os fazedores de políticas) e dos que gerenciam as políticas públicas nas três esferas de governo (municípios, estados e União).

Concomitantemente, nós, professores e estudantes das universidades brasileiras, especialmente do Mestrado em Saúde Coletiva do Instituto Multidisciplinar em Saúde, Campus Anísio Teixeira, da Universidade Federal da Bahia, nos indignamos e repudiamos veementemente qualquer tentativa de retrocesso no SUS e exigimos compromisso dos legisladores e gestores com um sistema de saúde



PÚBLICO, para TODOS, com INTEGRALIDADE do cuidado e com PARTICIPAÇÃO POPULAR nas diferentes instâncias de decisão.

Vislumbramos, ainda, que com as próximas eleições municipais, temos mais uma janela de oportunidade para reafirmar o SUS como sistema ÚNICO para os brasileiros em seus 5.570 municípios (417 na Bahia). Exigimos que os candidatos a prefeito e a vereadores se comprometam formalmente com o SUS em protegê-lo dos oportunistas, do clientelismo, da avidez do setor privado em tomá-lo para si. O SUS DEVE ser PÚBLICO e, portanto, os investimentos públicos devem ser feitos para ampliação e qualificação dos serviços de saúde para os cidadãos. Não precisamos de mais planos privados de saúde, precisamos de mais SUS de qualidade.

O Mestrado em Saúde Coletiva do IMS-UFBA tem, também, este compromisso. Não nos isentamos de críticas ao processo formativo. Aliás, estamos dispostos e abertos para avançar na formação de pesquisadores críticos e trabalhadores comprometidos na defesa do SUS. Buscaremos sempre contribuir na formulação de políticas, nas avaliações de programas e na compreensão dos avanços e desafios que são inerentes aos sistemas complexos como o SUS.

Por ora, concluímos esta “Carta em Defesa do SUS” como instrumento de afirmação de compromissos com a política pública de qualidade e com a democracia. Esta Carta é, também, um manifesto de desagrado com as recentes tentativas do Executivo e do Legislativo nacional de defenderem pautas que visam o Estado Mínimo e a redução/supressão de direitos sociais.

Por fim, em face à conjuntura das eleições municipais, pedimos explicitamente que os candidatos a prefeito e a vereadores manifestem seu compromisso com a democracia, defendam publicamente o SUS (totalmente público), comprometam-se com a eliminação da corrupção, **não** se comprometam com indivíduos/empresas em troca de desmonte dos direitos sociais, **não** usem o SUS como mercadoria de troca de votos/favores (rompam com o clientelismo), respeitem e melhorem as condições de trabalho dos profissionais do SUS, trabalhem em parceria com as universidades apoiando pesquisas e estágios nos diferentes cenários do SUS.

Em Reunião Ordinária do Mestrado em Saúde Coletiva, no dia 31/08/2016, a plenária apoiou esta manifestação pública que agora é compartilhada com a sociedade nesta sessão “Em Defesa do SUS”, para ampla divulgação.